



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÃO E CONTRATO

EDITAL

**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 154/2010**

**PROCESSO Nº 00160.000736/2010-25**

A União, por intermédio da Secretaria de Administração da Presidência da República, mediante o pregoeiro designado pela Portaria nº 290, de 31 de dezembro de 2010, da Diretoria de Recursos Logísticos da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União, de 04 de janeiro de 2010, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, os Decretos nºs 3.722, de 09 de janeiro de 2001, 5.450, de 31 de maio de 2005, 6.204, de 05 de setembro de 2007 e 7.174, de 12 de maio de 2010, a IN MARE nº 05, de 21 de julho de 1995, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, bem como pelas normas e condições estabelecidas no presente Edital.

**1. OBJETO**

**1.1.** A presente licitação tem por objeto a seleção de empresa para fornecimento de licenças de uso de Softwares e Sistemas Operacionais, conforme especificações constantes do **Termo de Referência – Anexo I** deste Edital.

**2. ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME**

**2.1.** A Sessão Pública do Pregão, na forma eletrônica, terá início com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances, no endereço eletrônico, dia e horário abaixo discriminados:

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **www.comprasnet.gov.br**

DATA: **17 de janeiro de 2011.**

HORÁRIO: **09:30 h (horário de Brasília/DF)**

UASG: **110001**

**2.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

### 3. PARTICIPAÇÃO

**3.1.** Poderão participar deste Pregão, na forma eletrônica, os interessados que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico e com o registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**3.2.** Não poderão participar deste Pregão, na forma eletrônica, as pessoas jurídicas:

**3.2.1.** em processo de recuperação judicial ou falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

**3.2.2.** que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

**3.2.3.** inadimplentes em obrigações assumidas com a Presidência da República;

**3.2.4.** que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição; e

**3.2.5.** estrangeiras que não funcionem no País.

### 4. CREDENCIAMENTO

**4.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**4.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão, na forma eletrônica.

**4.3.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Presidência da República, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

### 5. ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

**5.1.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**5.2.** Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão, na forma eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.3.** A participação no Pregão eletrônico ocorrerá mediante utilização da chave de identificação e de senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta com o preenchimento do(s) valor(es) unitário(s) e total (is) do(s) item(ns).

**5.4.** Após a divulgação do Edital, no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição detalhada e o preço ofertado até a data e hora marcadas para a abertura da Sessão, **às 09:30 h do dia 17 de janeiro de 2011**, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico – [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) - quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

**5.5.** No momento da elaboração e envio da proposta o licitante deverá selecionar por meio do sistema eletrônico as seguintes declarações:

**5.5.1.** no caso de Microempresa (**ME**), Empresa de Pequeno Porte (**EPP**) e Cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34,

declarando que a Empresa/Cooperativa está **apta** a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

**5.5.2.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os **requisitos de habilitação** definidos no Edital;

**5.5.3.** de que até a presente data **inexistem fatos impeditivos para a habilitação** no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; e

**5.5.4.** para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, **que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos**, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

**5.5.5.** de Elaboração Independente de Proposta, conforme a Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

**5.6.** As declarações mencionadas nos **subitens anteriores** serão visualizadas pelo pregoeiro na fase de habilitação, quando serão impressas e anexadas aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por meio de fax ou outra forma.

**5.7.** Até a abertura da Sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**5.8.** Ao cadastrar sua proposta no sítio do Sistema Comprasnet o licitante deverá, detalhar a especificação do objeto. Para o detalhamento deverá ser utilizado o campo “**Descrição detalhada do objeto ofertado**”.

**5.9.** A proposta de preços do licitante vencedor, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada com base na **Planilha de Composição de Preços – Anexo II (Proposta Comercial)** deste Edital e enviada por meio do fac-símile **(61) 3411-4305 ou 3411-3425**, após o encerramento da etapa de lances, no prazo de até **02 (duas) horas**, em conformidade com o melhor lance ofertado, ou valor negociado, com posterior encaminhamento do original, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de encerramento da Sessão Pública.

**5.10.** A Proposta deverá conter:

**5.10.1.** Especificação clara e completa dos materiais licitados, indicando todos os seus elementos, observadas as especificações constantes do **Termo de Referência - Anexo I** do Edital, sem conter alternativas de preços, ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**5.10.2.** Preços unitário e total do(s) item(ns) cotado(s), expresso(s) em R\$ (reais), com aproximação de até duas casas decimais.

**5.10.3.** Prazo de validade da proposta de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**5.10.4.** Prazo de garantia das licenças de uso de Softwares e Sistemas Operacionais, no mínimo, **12 (doze) meses** a contar da data de aceite das Licenças.

**5.10.5.** Declaração expressa de estarem incluídos no preço cotado todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

**5.10.6.** Razão social, o CNPJ, a referência ao número do Edital do Pregão, na forma eletrônica, dia e hora de abertura, o endereço completo, bem como o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

**5.10.7.** Meios de comunicação disponíveis para contato, como por exemplo: telefone, fac-símile e-mail etc.

**5.11.** É vedada a subcontratação relativa à entrega do material objeto deste edital.

**5.12.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

**5.13.** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**5.14.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

**5.15.** O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.16.** A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço.

## **6. RECEPÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**6.1.** A partir das **09:30 h do dia 17 de janeiro de 2011**, data e horário previstos no **Item 2.1** deste Edital e, em conformidade com o **Item 5.4**, terá início a Sessão Pública do **Pregão, na forma eletrônica, nº 154/2010**, com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da Etapa de Lances.

## **7. FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**7.1.** Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**7.2.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da Sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.3.** Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pelo próprio proponente, podendo este ser superior ao menor preço registrado no sistema.

**7.4.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.5.** Durante o transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

**7.6.** Será assegurado o direito de preferência de que trata o art. 3º, da Lei 8.248/91, regulamentada pelo Dec 7.174/10, aos licitantes que declarem usufruir o benefício.

**7.6.1.** Após o encerramento da fase de lances, os licitantes cujas propostas finais estejam situadas até **10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida**, conforme o critério de julgamento, serão convocados para a comprovação e o exercício do direito de preferência, mediante Declaração constante do **Anexo III**, deste Edital.

**7.6.2.** A convocação será realizada, via *chat*, para envio da declaração, no prazo de até **01 (uma) hora**, eletronicamente ou via fax (061) 3411-4305 ou 3411-3425.

**7.6.3.** O Direito de Preferência estabelecido no **Item 7.6** será comprovado conforme o disposto nos art. 6º e 7º, do Dec 7.174/10.

**7.6.4.** Após verificação do atendimento ao benefício, os licitantes serão convocados, via *chat*, para o exercício do direito de preferência, observando-se o disposto no art. 8º do Dec 7.174/100, e terão o prazo de **05 (cinco) minutos** para ofertar novos lances para igualar ou superar a melhor proposta válida.

**7.7.** No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

**7.7.1.** Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a Sessão do Pregão, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciará somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

**7.8.** No caso de desconexão, cada licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

**7.9.** A etapa de lances da Sessão Pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

**7.10.** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até **30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.11.** Por força dos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

**7.11.1.** Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5,0% (cinco por cento)** superiores à melhor proposta classificada;

**7.11.2.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de **05 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

**7.11.3.** A nova proposta de preços mencionada no **Item anterior** deverá ser inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

**7.11.4.** Não ocorrendo a contratação da microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), mais bem classificada, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo de **5,0% (cinco por cento)** superior ao menor preço, na ordem de classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**7.11.5.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **Item 7.11.2**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame; e

**7.11.6.** O procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**7.12.** Após o encerramento da etapa de recepção de lances na Sessão Pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta.

**7.12.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**8.1.** Na análise da proposta de preços será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**8.2.** Analisada a aceitabilidade do preço obtido, o pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas de preços.

**8.3.** O julgamento das propostas será pelo critério de **MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM** e levará em consideração para a aceitabilidade da proposta os preços estimados pela Administração, constante no **Item 3, do Termo de Referência – Anexo I**, deste Edital.

**8.4.** No caso de nenhum licitante ofertar lance e houver equivalência de valores das propostas, será realizado sorteio na forma do art. 45, § 2º da Lei nº 8.666/93, para o qual todos os licitantes serão convocados via *chat* no sistema Comprasnet.

**8.5.** Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

**8.5.1.** Ocorrendo a situação referida no **subitem anterior**, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

## 9. HABILITAÇÃO

**9.1.** Após o encerramento da fase de lances e aceitação da proposta, o pregoeiro procederá à verificação da habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.

**9.2.** A habilitação do licitante será verificada por meio de consulta ao SICAF, nos documentos por ele abrangidos (**Receita Federal e Dívida Ativa (certidão conjunta), FGTS e INSS** confirmados por consulta *on-line* nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova.

**9.3.** Além da regularidade da documentação já abrangida pelo SICAF, serão visualizadas e impressas as Declarações cadastradas pelo licitante no sistema Comprasnet, conforme **Item 5.5**.

**9.4.** Todos os documentos deverão estar em nome do licitante. Se o licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.

**9.5.** A documentação não abrangida pelo SICAF deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:

**9.5.1.** em original;

**9.5.2.** por qualquer processo de cópia, exceto por fac-símile, autenticada por Servidor da Administração, devidamente qualificado ou por Cartório competente; ou

**9.5.3.** publicação em órgão da Imprensa Oficial.

**9.6.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, **mesmo que apresente alguma restrição**.

**9.6.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de até **02 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração para tal regularização.

**9.6.2.** A documentação de comprovação da regularidade fiscal poderá ser encaminhada via Fax (**61 3411-4305 ou 3411-3425**), dentro do prazo estabelecido no subitem anterior e os originais até **02 (dois) dias úteis**, a contar do encerramento da Sessão Pública.

**9.6.3.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no **Item 9.7.1**, implicará decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**9.7.** A licitante habilitada deverá, no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, contado a partir da data de encerramento da Sessão Pública encaminhar original ou cópia autenticada de todos os documentos remetidos via Fax, para a **Presidência da República, Palácio do Planalto, Anexo III, Ala "A", Sala 207, em Brasília-DF, CEP 70150-900**, em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÃO E CONTRATO  
ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO  
**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 154/2010**

**9.8.** No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

**9.9.** Em caso de inabilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

**9.10.** Será declarado vencedor o licitante que apresentar o **MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM** e que cumpra todos os requisitos de habilitação.

## 10. ESCLARECIMENTOS

**10.1.** Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser enviado ao pregoeiro até o **dia 11 de janeiro de 2011**, em horário comercial, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço eletrônico [cpl@planalto.gov.br](mailto:cpl@planalto.gov.br).

**10.2.** Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos enviados fora do prazo estabelecido no **subitem anterior**.

## 11. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

**11.1.** Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica.

**11.2.** A apresentação de impugnação ao presente Edital deverá ser protocolada, de segunda a sexta-feira, da **09:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h**, na **Assessoria Técnica de Licitação, situada na sala 207, do Anexo III, ALA "A" do Palácio do Planalto**, até às **17:00h do dia 12 de janeiro de 2010**.

**11.3.** Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de **24 horas**.

**11.4.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 12. RECURSOS

**12.1.** Existindo intenção de interpor recurso, o licitante deverá manifestá-la ao pregoeiro por meio eletrônico – sistema Comprasnet, em campo próprio, explicitando sucintamente suas razões, imediatamente após a divulgação do vencedor do certame de que trata este Edital.

**12.2.** Caso a intenção de recurso seja aceita, será concedido ao licitante prazo de **03 (três) dias** para apresentação das razões de recurso, por meio eletrônico (Comprasnet).

**12.3.** Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, por meio eletrônico (Comprasnet), que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**12.4.** Não será conhecida as razões de recurso ou as contrarrazões interpostas fora do meio eletrônico - sistema Comprasnet.

**12.5.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**12.6.** O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**12.7.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Assessoria Técnica de Licitação, Anexo III, Ala "A" do Palácio do Planalto, Sala 207, em Brasília – DF, nos dias úteis no horário de 09:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00h.

### **13. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1.** O valor da contratação está estimado em **R\$ 292.095,85 (duzentos e noventa e dois mil e noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos).**

**13.2.** Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta do **Programa de Trabalho: 04.122.0750.2000.0001 e Natureza de Despesa:3390.39.**

### **14. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DE QUANTIDADE**

**14.1.** No interesse da Presidência da República, o objeto deste ato convocatório poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da aquisição, salvo as supressões além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

### **15. CONDIÇÕES APÓS HOMOLOGAÇÃO**

**15.1.** Findo o processo licitatório o licitante vencedor regularmente convocado, terá o prazo de **05 (cinco) dias**, para retirar a nota de empenho.

**15.1.1** Antes da emissão da nota de empenho, A Presidência da República realizará consulta *on line* ao SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados – CADIN, a fim de verificar a regularidade da licitante vencedora.

**15.2.** Caso o licitante vencedor não atenda ao prazo previsto acima, ensejar-se-á aplicação da sanção estabelecida no **Item 20.1.1**, deste Edital, bem como a regra contida no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**15.3.** Até a retirada da nota de empenho, a proposta do licitante vencedor poderá ser desclassificada se a Presidência da República tiver conhecimento de fato desabonador a sua habilitação, conhecido após o julgamento.

**15.4.** Ocorrendo a desclassificação da proposta do licitante vencedor por fatos referidos no item anterior, a Presidência da República poderá convocar os licitantes remanescentes observando a ordem final de classificação das propostas.

**15.5.** Ao licitante vencedor serão aplicadas, quando for o caso, as penalidades previstas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02, além das previstas neste edital.

### **16. LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**16.1.** Os comprovantes das licenças de uso do software e demais dispositivos, manuais, mídias e acessórios que por ventura venham a acompanhar, ou seja, necessários para o funcionamento do software deverão ser entregues em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da Nota de Empenho e deverão ser entregues na Coordenação-Geral de Atendimento a Usuários



da Diretoria de Tecnologia da Informação da Presidência da República, situado no Anexo IV do Palácio do Planalto, sala 2A.

**16.2.** Não serão consideradas entregues as licenças de uso para utilização do software que não estiverem em conformidade com as especificações técnicas apresentadas.

**16.3.** Todas as licenças de uso para utilização do software solicitadas neste edital são consideradas customizáveis de forma específica para o ambiente computacional da Presidência da República.

**16.4.** Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam a utilização adequada do material, este será rejeitado, no todo ou em parte, conforme dispõe o Art. 76 da Lei nº 8.666/93, sem qualquer ônus para a Presidência da República, devendo o licitante substituí-las no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**.

**16.5** A garantia das licenças de uso do software e demais dispositivos será, no mínimo, **12 (doze) meses**, a contar da data do aceite.

## **17. ACEITE DAS LICENÇAS e GARANTIA TÉCNICA**

### **17.1. Aceite das Licenças.**

**17.1.1** A Equipe Técnica da Diretoria de Tecnologia da Informação da Presidência da República realizará uma inspeção técnica das licenças de uso do software para verificação da sua integridade.

**17.1.2.** As licenças de instalação, dispositivos, manuais e acessórios que acompanhem, ou seja, necessários para o funcionamento do software que apresentarem defeito por processo fabril, deverão ser substituídas pela contratada, em um prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** contados da comunicação por parte da Presidência da República.

**17.1.3.** Após o recebimento do Laudo de Avaliação Técnica, que será emitido em um prazo máximo de **4 (quatro) dias** após o recebimento provisório das chaves de uso, o responsável pelo recebimento da Equipe Técnica da Diretoria de Tecnologia da Informação da Presidência da República emitirá Aceite Definitivo e encaminhará à Secretaria de Administração para fins de pagamento.

### **17.2 Garantia Técnica**

**17.2.1.** Garantia e de no mínimo, **12 (doze) meses** após o aceite das licenças de uso dos softwares fornecidos;

**17.2.2.** A Licitante Vencedora deverá garantir que as chaves de acesso das licenças de uso para utilização do software serão entregues a Presidência da República estarão livres de defeitos e de qualquer rotina (vírus de computador), voltada para a danificação ou degradação de dados, hardware, software, ou outro similar, obrigando-se a substituir as que por ventura seja constatada pela Presidência da República como “defeituosa”;

**17.2.3** A Licitante Vencedora deverá substituir as licenças de uso no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** contadas a partir da comunicação oficial da Presidência da República;

**17.2.4** Durante o período de garantia de **12 (doze) meses** a Licitante Vencedora deverá, prestar atendimento do tipo “**on line**” ou se necessário “**on site**” nas dependências da Presidência da República, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08:00 às 18:00 horas), por profissionais especializados, visando dirimir dúvidas quanto à instalação e configuração das licenças de uso do software nos computadores da Presidência da República.

## **18. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **18.1. Caberá ao licitante vencedor:**

- 18.1.1.** Cumprir todas as exigências constantes do Edital e seus Anexos;
- 18.1.2.** Entregar os equipamentos de acordo com as especificações constantes deste edital.
- 18.1.3.** Entregar as licenças de usos no local e prazo conforme disposto neste edital;
- 18.1.4** Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigida por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital.
- 18.1.5.** Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente à Presidência da República ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
- 18.1.6.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Presidência da República.
- 18.1.7.** Prestar esclarecimentos à Presidência da República sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.
- 18.1.8** Manter, durante todo o período do fornecimento das Licenças, as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **18.2 Caberá à Presidência da República:**

- 18.2.1.** Acompanhar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.
- 18.2.2.** Acompanhar a entrega das licenças de uso em conformidade com o edital.
- 18.2.3.** Proporcionar todas as facilidades necessárias à entrega das licenças de uso adquiridas;
- 18.2.4.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante com relação aos objetos desta licitação;
- 18.2.5.** Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

## **19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**19.1.** O pagamento será creditado em nome do licitante vencedor, mediante ordem bancária em conta corrente por ele indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital, após a execução do objeto desta licitação, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contado a partir da entrega de todas as licenças de uso e acesso para utilização dos softwares que cabe à licitante e ainda após a emissão do documento de Aceite Final a ser emitido pela equipe técnica da Diretoria de Tecnologia da Informação da Presidência da República e atesto nos documentos hábeis de cobrança.

**19.1.1.** Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária será realizado, desde que o contratado efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**19.1.2** Para execução dos pagamentos de que tratam os **Itens 19.1 e 19.1.1**, o licitante vencedor deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra legível em nome da **Secretaria de Administração da Presidência da República, CNPJ nº 00.394.411/0001-09**, o nome do banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência.

**19.1.3** Caso o licitante vencedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**19.1.4** A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pelo licitante vencedor diretamente ao gestor do contrato que atestará e liberará para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.

**19.2** Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida ao licitante vencedor e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Presidência da República.

**19.3** No caso de eventual atraso de pagamento, mediante pedido do licitante vencedor, o valor devido será atualizado financeiramente desde que ele não tenha concorrido de alguma forma, para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira seja calculado, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

**EM** = Encargos Moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \Rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \Rightarrow I = 0,00016438$$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%

**19.4** A compensação financeira, no caso de atraso considerado, será incluída na nota fiscal/fatura seguinte ao da ocorrência.

**19.5** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas notas fiscais/fatura, serão restituídos ao licitante vencedor, para as correções solicitadas, não respondendo a Presidência da República por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

**19.6** A Presidência de República realizará consulta prévia ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos (**Receita Federal e Dívida Ativa (certidão conjunta), FGTS e INSS** a fim de comprovação de regularidade da licitante vencedora e realização do pagamento.

**19.6.1** Constatada a situação de irregularidade junto ao SICAF, a licitante será notificada, por escrito, para que no prazo de **30 (trinta) dias** regularize sua situação junto ao SICAF ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

**19.6.2.** O prazo estipulado poderá ser prorrogado a critério da Administração.

**19.7.** Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à Presidência da República, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do licitante vencedor os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

**19.8.** Os pagamentos efetuados pela Presidência da República não isentam o licitante vencedor de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

## 20. SANÇÕES

**20.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante vencedor, sem justificativa aceita pela Presidência da República, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar:

**20.1.1. multa de 20% (vinte por cento)**, calculada sobre o valor total da nota de empenho, devidamente atualizado, na hipótese de recusa injustificada do licitante vencedor em retirar a nota de empenho no prazo de **05 (cinco) dias**, após regularmente convocado;

**20.1.2 multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)**, ao dia sobre a parcela que der causa em caso de atraso na entrega das licenças, limitada a incidência a **30 (trinta) dias**;

**20.1.3. multa de 10% (dez por cento)**, sobre o valor da parcela que der causa, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no **Item 20.1.2** ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**20.1.4. multa de 20% (vinte por cento)**, calculada sobre o valor da nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

**20.1.5. multa de 5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor da aquisição por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada neste instrumento e seus Anexos;

**20.1.6.** advertência.

**20.2** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei 8.666/93, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

**20.3.** A(s) multa(s) deverá(o) ser recolhida(s) no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da(s) comunicação(ões) enviada(s) pela Presidência da República.

**20.4.** O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente na Presidência da República, em favor do licitante vencedor, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

**20.5.** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente, devidamente justificado.

**20.6.** O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de **até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**20.7.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005.

**20.8.**As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**20.9.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa.

## **21. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**21.1.** A Presidência da República poderá rescindir de pleno direito a Nota de Empenho que vier a ser assinado em decorrência desta licitação, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa quando este:

**21.1.1.** Vier a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;

**21.1.2.** For envolvido em escândalo público e notório;

**21.1.3.** Quebrar o sigilo profissional;

**21.1.4.** Utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e as quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as condições estabelecidas pela Presidência da República; e

**21.1.5.** Na hipótese de ser cancelada a adjudicação em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize.

**21.2.** A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.

**21.2.1.** A nulidade do procedimento licitatório induz a do empenho, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

**21.3.** Havendo indícios de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Presidência da República comunicará os fatos verificados à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e ao Ministério Público Federal, para as providências devidas.

**21.4.** É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que já deveria constar nos autos.

**21.5.** Fica assegurado à Presidência da República o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

**21.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Presidência da República não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**21.7.** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**21.8.** Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**21.9.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Presidência da República.

**21.10.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da Sessão Pública deste Pregão, na forma eletrônica.

**21.11.** As normas que disciplinam este Pregão, na forma eletrônica, serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

**21.12.** As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**21.13.** Este Edital será fornecido pela Presidência da República a qualquer interessado, Assessoria Técnica de Licitação, Anexo III, Ala A, sala 207, do Palácio do Planalto, nesta Capital, devendo para isso recolher junto ao Banco do Brasil, o valor de **R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos)**, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, em nome da Secretaria de Administração/PR, a ser emitida por meio do sítio [https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), Unidade Favorecida: 110001 – Gestão: 00001, Código de Recolhimento nº 18837-9 e gratuito na internet nos sítios [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.casacivil.gov.br/licitacoes](http://www.casacivil.gov.br/licitacoes).

**21.14.** Integram este Edital os seguintes Anexos:

**21.14.1.** Anexo I – Termo de Referência.

**21.14.2.** Anexo II – Planilha de Composição de Preços.

**21.14.3** Anexo III – Declaração de Direito de Preferência.

**21.15.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto licitado.

**21.16.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos nºs. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 05 de setembro de 2007, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

Brasília-DF, 05 de janeiro de 2011.

**Cezar Wilker T. S. Rodrigues**

Pregoeiro – Casa Civil/PR

## ANEXO I

**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 154/2010**

**PROCESSO Nº 00160.000736/2010-25**

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Aquisição de licenças de uso de Softwares e Sistemas Operacionais, conforme quantidades, especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

#### 2. JUSTIFICATIVA

A aquisição de licenças de uso de Softwares e Sistemas Operacionais, justifica-se considerando demanda dos diversos órgãos integrantes da estrutura da Presidência da República, conforme relação de demandas acostadas em anexo, ao Termo de Referência.

#### 3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Fornecer as licenças de uso de Softwares e Sistemas Operacionais, conforme as quantidades e descrições descritas no quadro abaixo:

<b>SOFTWARES LICENÇAS</b>				
<b>Item</b>	<b>Descrição do Objeto</b>	<b>Qde</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
<b>01</b>	Acrobat 9 Pro Writer	8	R\$ 907,00	7.256,00
<b>02</b>	Pacote CorelDraw Graphics Suite X5	15	R\$ 1.617,00	24.255,00
<b>03</b>	Pacote Adobe Master Collection C55 para Windows em Português contendo: - Adobe Photoshop CS5 Extended - Adobe Illustrator CS5 - Adobe Indesign CS5 - Adobe Acrobat Pro 9 - Adobe Flash Catalyst CS5 - Adobe Flash Pro CS5 - Adobe Flash Builder 4 STD - Adobe Dreamweaver CS5 - Adobe Fireworks CS5 - Adobe Contribute CS5 - Adobe Premiere Pro CS5 - Adobe After Effects CS5 - Adobe Soundbooth CS5 - Adobe Onlocation CS5 - Adobe Encore CS	20	R\$ 7.944,00	158.880,00
<b>04</b>	Microsoft Office 2007 Professional	60	R\$ 1.050,00	63.000,00
<b>05</b>	Microsoft Windows 7 Pro OEM	60	R\$ 370,00	22.200,00
<b>06</b>	Windows Server Cal Sngl Lic/AS Pack MVL	20	R\$ 116,97	2.339,40
<b>07</b>	Exchange Standard Cal Sngl Lic/AS Pack MVL	20	R\$ 270,10	5.402,00
<b>08</b>	Windows Server 2008-R2 Standad Inglês – Atualiz.	03	R\$ 2.068,15	6.204,45

<b>09</b>	Norton Ghost Multicasting	01	R\$ 99,00	99,00
<b>10</b>	Recover My File	01	R\$ 210,00	210,00
<b>11</b>	Outlook Recovery Toolbox	01	R\$ 230,00	230,00
<b>12</b>	Microsoft Project 2007	01	R\$ 1.110,00	1.110,00
<b>13</b>	Microsoft Visio 2007	01	R\$ 660,00	660,00
<b>14</b>	Microsoft Outlook	01	R\$ 250,00	250,00

#### 4. GARANTIA TÉCNICA

Garantia e de no mínimo, 12 (doze) meses após o aceite das licenças de uso dos softwares fornecidos.

A Contratada deverá garantir que as chaves de acesso das licenças de uso para utilização do software serão entregues a Presidência da República estarão livres de defeitos e de qualquer rotina (vírus de computador), voltada para a danificação ou degradação de dados, hardware, software, ou outro similar, obrigando-se a substituir as que por ventura seja constatada pela Presidência da República como “defeituosa”;

A Contratada deverá substituir as licenças de uso no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da comunicação oficial da Presidência da República.

Durante o período de garantia de 12 (doze) meses a contratada deverá, prestar atendimento do tipo “on line” ou se necessário “on site” nas dependências da Presidência da República, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08:00 às 18:00 horas), por profissionais especializados, visando dirimir dúvidas quanto à instalação e configuração das licenças de uso do software nos computadores da Presidência da República.

#### 5. LOCAL E ENTREGA

Os comprovantes das licenças de uso do software e demais dispositivos, manuais, mídias e acessórios que por ventura venham a acompanhar, ou seja, necessários para o funcionamento do software deverão ser entregues em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de assinatura do contrato se houve e/ou pedido de compra.

Os comprovantes das licenças de uso do software e demais dispositivos, manuais, mídias e acessórios que acompanhem, ou seja, necessários para o funcionamento da licença de uso do software deverão ser entregues a Coordenação-Geral de Atendimento a Usuários da Diretoria de Tecnologia da Informação da Presidência da República, situado no Anexo IV do Palácio do Planalto, sala 2A, de acordo com o prazo estabelecido.

Não serão consideradas entregues as licenças de uso para utilização do software que não estiverem em conformidade com as especificações técnicas apresentadas.

Todas as licenças de uso para utilização do software solicitadas neste termo de referência são consideradas customizáveis de forma específica para o ambiente computacional da Presidência da República.

#### 6. ACEITE E PAGAMENTO

##### 6.1 Aceite.

A Equipe Técnica da Diretoria de Tecnologia da Informação da PR realizará uma inspeção técnica das licenças de uso do software para verificação da sua integridade.

As licenças de instalação, dispositivos, manuais e acessórios que acompanhem, ou seja, necessários para o funcionamento do software que apresentarem defeito por processo fabril, deverão ser substituídas pela contratada, em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da comunicação por parte da Presidência da República.



Após o recebimento do Laudo de Avaliação Técnica, que será emitido em um prazo máximo de 4 dias após o recebimento provisório das chaves de uso, o Gestor do Contrato da PR emitirá Aceite Definitivo e encaminhará à Secretaria de Administração para fins de pagamento.

## 6.2 Pagamento.

O pagamento somente poderá ser efetuado após a entrega de todas as licenças de uso e acesso para utilização dos softwares que cabe à licitante e ainda após a emissão do documento de Aceite Final a ser emitido pelo Gestor do Contrato da Presidência da República.

## 7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante vencedor, sem justificativa aceita pela Presidência da República, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar:

- a) **multa de 20% (vinte por cento)**, calculada sobre o valor total da nota de empenho, devidamente atualizado, na hipótese de recusa injustificada do licitante vencedor em retirar a nota de empenho no prazo de **05 (cinco) dias**, após regularmente convocado;
- b) **multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)**, ao dia sobre a parcela que der causa em caso de atraso na entrega das licenças, limitada a incidência a **30 (trinta) dias**;
- c) **multa de 10% (dez por cento)**, sobre o valor da parcela que der causa, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no **Item 20.1.2** ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- d) **multa de 20% (vinte por cento)**, calculada sobre o valor da nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- e) **multa de 5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor da aquisição por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada neste instrumento e seus Anexos;e
- f) advertência.

A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei 8.666/93, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

A(s) multa(s) deverá(o) ser recolhida(s) no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da(s) comunicação(ões) enviada(s) pela Presidência da República.

O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente na Presidência da República, em favor do licitante vencedor, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente, devidamente justificado.

O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de **até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 5.450, de 31 de março de 2005.

As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa.

## **8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **8.1 Caberá a licitante vencedora:**

Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos.

Entregar os equipamentos de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

Entregar as licenças de usos no local e prazo conforme disposto no item 4;

Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do edital;

Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente à Presidência da República ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto da licitação, sem prévia autorização da Presidência da República.

Manter durante toda a vigência da garantia, as condições exigidas no edital.

Prestar esclarecimentos à Presidência da República sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que o envolvam, independente de solicitação.

### **8.2 Caberá à Presidência da República:**

Acompanhar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

Acompanhar a entrega das licenças de uso em conformidade com o edital.

Proporcionar todas as facilidades necessárias à entrega das licenças de uso adquiridas;

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante com relação aos objetos desta licitação;

Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados

## **9. DO VALOR DA DESPESA**

O valor da despesa, com vistas à aquisição das licenças de uso dos Softwares pretendidas, está estimado em **R\$ 292.095,85 (duzentos e noventa e dois mil noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos)**.

## **10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários ao atendimento da despesa correrão a conta do Programa de Trabalho 04.126.0750, Ação da Despesa 20030001

## **11. DA OBSERVAÇÃO A IN nº 04/2008-SLTI/MPOG**

Em observância a Instrução Normativa nº 04/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que orienta as contratações de serviços de tecnologia pelos órgãos integrantes do SISP (Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática, vale esclarecer que foi realizada análise para verificar se há existência de softwares livres ou softwares públicos similares àqueles solicitados, utilizando como referência de pesquisa o Guia

Livre Versão Ipiranga, disponível no endereço [HTTP://www.governoeletronico.gov.br](http://www.governoeletronico.gov.br). Onde de acordo com a análise técnica realizada, o software elencado e objeto desta aquisição atende todas as necessidades do solicitante.

## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

A Presidência da República reserva-se o direito de impugnar o material entregue se esse não estiver de acordo com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

A licitante fica obrigada a entregar o material deste Termo de Referência, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da Presidência da República.

A licitante deverá responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Presidência da República, em decorrência da entrega do material, incluindo-se, também, os danos causados a terceiros, a que título for.

É vedada a subcontratação relativa à entrega do material constante deste Termo de Referência.

Brasília-DF, 06 de dezembro de 2010

***Marconi Rodrigues***

Assessor Técnico da DIRTI

De Acordo. Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2010.

***Maurício Marques***

**Diretor de Tecnologia da Informação/PR**

**ANEXO II**

**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 154/2010**

PROCESSO Nº 00160.000736/2010-25

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**

**(Proposta Comercial)**

Referência: **Pregão nº 154/2010**

Data de Abertura: **17 de janeiro de 2011.**

<b>SOFTWARES LICENÇAS</b>				
<b>Item</b>	<b>Descrição do Objeto</b>	<b>Qde</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total (*)</b>
<b>01</b>	Acrobat 9 Pro Writer	8		
<b>02</b>	Pacote CorelDraw Graphics Suite X5	15		
<b>03</b>	Pacote Adobe Master Collection C55 para Windows em Português contendo: - Adobe Photoshop CS5 Extended - Adobe Illustrator CS5 - Adobe Indesign CS5 - Adobe Acrobat Pro 9 - Adobe Flash Catalyst CS5 - Adobe Flash Pro CS5 - Adobe Flash Builder 4 STD - Adobe Dreamweaver CS5 - Adobe Fireworks CS5 - Adobe Contribute CS5 - Adobe Premiere Pro CS5 - Adobe After Effects CS5 - Adobe Soundbooth CS5 - Adobe Onlocation CS5 - Adobe Encore CS	20		
<b>04</b>	Microsoft Office 2007 Professional	60		
<b>05</b>	Microsoft Windows 7 Pro OeM	60		
<b>06</b>	Windows Server Cal Sngl Lic/AS Pack MVL	20		
<b>07</b>	Exchange Standard Cal Sngl Lic/AS Pack MVL	20		
<b>08</b>	Windows Server 2008-R2 Standad Inglês – Atualiz.	03		
<b>09</b>	Norton Ghost Multicasting	01		
<b>10</b>	Recover My File	01		
<b>11</b>	Outlook Recovery Toolbox	01		
<b>12</b>	Microsoft Project 2007	01		
<b>13</b>	Microsoft Visio 2007	01		
<b>14</b>	Microsoft Outlook	01		
<b>TOTAL</b>				

**(\*) Valor a ser cadastrado no Comprasnet**

### 1. Observações

1.1 Prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

1.2 Prazos de entrega das Licenças em até \_\_\_\_\_ (dias) úteis.

1.3 Prazo de garantia das licenças de uso de Softwares e Sistemas Operacionais, no mínimo, **12 (doze) meses** a contar da data de aceite das Licenças.

### 2. Declarações

2.1 Declaro expressamente estarem incluídos nos preços cotados todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

### 3. Dados da empresa:

Empresa/Razão Social:

Endereço:

Cep:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Telefone:

Fax:

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

E-mail:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

---

**(Nome completo do declarante – ID – CPF)**

### ANEXO III

**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 154/2010**

PROCESSO Nº 00160.000736/2010-25

### DECLARAÇÃO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA

#### DECLARAÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DE TECNOLOGIA DO PAÍS E PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA USUFRUTO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NO DECRETO Nº 7.174 DE 12 DE MAIO DE 2010

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), doravante denominado Licitante, para fins do disposto no **Item 7.6**, do Edital **154/2010**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

( ) Posso a certificação de Tecnologia desenvolvida no País, nos termos da Lei nº8.248, de 23 de outubro de 1991 e dos Decretos nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, para o(s) seguinte(s) item(ns): **(informar o(s) item(ns) da licitação)**;

( ) Posso a certificação de Processo Produtivo Básico, nos termos da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e dos Decretos nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, para o(s) seguinte(s) item(ns): **(informar o(s) item(ns) da licitação)**;

Ainda, declara, que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local), (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

\_\_\_\_\_  
**Representante legal da licitante – ID – CPF**

#### **Observações ao licitante:**

- a) O licitante deve encaminhar esta Declaração quando solicitado pelo pregoeiro via *Chat*, após o encerramento da fase de lances, conforme Item 7.6, do Edital.
- b) O(s) Certificado(s) (tecnologia no País e/ou PPB) será(o) apresentado(s) pelo licitante na fase de aceitação, após solicitação do pregoeiro via *chat* para confirmação, conforme procedimentos estabelecidos nos art. 6º e 7º, do Dec 7.174/10.